



QUILOMBOL@

www.cohre.org/quilombos



No.04 - junho / 2005

Editorial

Duplicação da BR 101 prejudica quilombolas

O direito à moradia da população quilombola no país tem sido constantemente posto à prova. Por um lado, a especulação imobiliária busca respaldo jurídico para concretizar a retirada de comunidades negras, rurais ou urbanas, de áreas altamente valorizadas pelo mercado como nos casos de Caçandoca (SP) e Família Silva (RS). Por outro, o poder público implementa obras de grande impacto social e econômico que atinge diretamente comunidades como as de Alcântara (MA) e Morro Alto (RS).

No Rio Grande do Sul, as polêmicas em torno das comunidades quilombolas questionam a idéia de um Estado conhecido e reconhecido nacionalmente como "europeu". Situações como a vivenciada pela Família Silva, que ao longo dos primeiros dias de junho teve o despejo quase levado a termo, nos fazem pensar sobre qual o lugar reservado ao negro na cultura gaúcha e de que forma a sociedade está lidando com as questões de discriminação racial. Neste boletim, destacamos a situação das comunidades quilombolas, rurais e urbanas, no Rio Grande do Sul, enfatizando o conflito vivenciado pelo Quilombo da Família Silva e o início das obras de duplicação do trecho sul da BR 101 que implicará em transformações na comunidade quilombola de Morro Alto (RS).



Desmatamento para duplicação da BR 101, em Morro Alto (RS)

As 230 famílias da comunidade de Morro Alto temem ficar isoladas e ter suas possibilidades de sobrevivência econômica reduzidas em consequência da construção de dois túneis, previstos no plano de duplicação do trecho sul da BR 101, nas suas terras.

A obra e a lentidão na titulação das terras quilombolas gaúchas foram os motivos do protesto que interrompeu o tráfego na estrada, em 13 de maio, data que marca a assinatura da lei que aboliu a escravidão no Brasil.

A comunidade ocupa uma área de mais de 4 mil hectares nos municípios de Maquiné e Osório, litoral norte do Rio Grande do Sul. A terra é cortada por duas importantes estradas de rodagem. A BR 101, principal rota de ligação do Mercosul a São Paulo, atravessa o território no sentido norte-sul e a RS 407 corta a área no sentido leste-oeste. A duplicação da BR 101 prevê o investimento de 500 milhões de reais nas obras do trecho que liga Osório (RS) a Florianópolis (SC), em 2005. As comunidades reclamam que não estão recebendo atenção necessária para suas reivindicações quanto a medidas compensatórias, como a construção de escolas e obras de melhoria na infra-estrutura a toda população que será impactada ao longo dos 343 quilômetros de duplicação da estrada.

O principal problema em Morro Alto é a construção dos túneis, avaliados em cerca de 84 milhões de reais, que vão dificultar a comunicação e isolar os

moradores, minando suas chances de incremento de renda e deslocamento. Além disso, a paisagem dos morros que contornam o quilombo está sendo drasticamente alterada com a derrubada da cobertura vegetal, considerada um remanescente de Mata Atlântica da região.

A comunidade de Morro Alto é constituída pelos núcleos de Aguapés, Barranceira, Morro Alto, Ribeirão, Faxinal e parte do Espreado, além de manter relações muito próximas com as localidades da Prainha e com núcleos negros em Terra de Areia.

O grupo foi alvo de um detalhado estudo histórico-antropológico, realizado nos anos de 2001 e 2002, e recebeu a "Certidão de Auto-Reconhecimento de Remanescente de Comunidade de Quilombo", emitida pela Fundação Cultural Palmares, em 1 de março de 2004. A titulação da área ficou sob responsabilidade do INCRA que deve iniciar estudos ainda no mês de junho.

Entre as expressões identitárias mais fortes da comunidade, está o Maçambique, espécie de congada onde o Rei do Congo, a Rainha Jinga e seus guerreiros dançam e cantam em louvor a Nossa Senhora do Rosário. A comunidade de Morro Alto reivindica uma análise detalhada do impacto das obras de duplicação da BR 101 sobre sua vida e cultura e exige que os estudos do INCRA resultem na titulação de suas terras ancestrais.

Justiça Social

Estereótipos rurais e urbanos em comunidades quilombolas

Rodrigo Weimer e Cíntia Müller analisam a dicotomia entre rural e urbano a partir dos acontecimentos que expuseram a Família Silva, comunidade negra localizada em bairro nobre de Porto Alegre, à ameaça de despejo.

Os estudos sobre a questão quilombola no Brasil levantam questões de diversas ordens. Ser remanescente de quilombo põe em destaque uma dimensão da identidade étnica de determinadas coletividades, mas, acima de tudo, evidencia questões relacionadas à discriminação racial. A segregação, no que diz respeito à moradia, se traduz em um violento processo de tornar invisível a negritude nos grandes centros urbanos. A remoção de comunidades negras e pobres de áreas de alta valorização imobiliária e seu envio para os confins do perímetro urbano é apenas uma das medidas propostas.

Nos Estados do sul do país, essa forma de 'apartheid' é endossada pelo discurso dominante de branqueamento e europeização da população. Se a questão étnica já é complicada, como explicar a existência de um quilombo em uma das áreas mais valorizadas da capital gaúcha? A ameaça de despejo sofrida pela Família Silva na primeira semana de junho foi apenas uma amostra da forma como populações negras, quilombolas, urbanas são percebidas por setores dos poderes públicos. Foi uma demonstração de como alguns integrantes do Judiciário, em nível estadual e local, encontram-se insensíveis ao tipo de provocação suscitada pelos Direitos Culturais e Étnicos.

Nesse sentido, devemos destacar a peculiaridade do quilombo da Família Silva. Antes de ser "enquadrada" em uma classificação pré-existente, essa comunidade enseja uma revisão nas classificações, combinada com a análise mais refinada do que e por quê pessoas recorrem a esta estratégia de argumentação para manter locais de moradia, seu modo de vida e dignidade humana.

Ser quilombola é muito mais que ser apenas mais um no meio da multidão. Ser quilombola significa pertencer a uma parcela da população brasileira, espoliada desde sua migração forçada para o Brasil e discriminada por causa da cor da pele. Resistindo sobre suas terras, buscando alternativas jurídicas que possam, de alguma forma, viabilizar sua permanência em área nobre do bairro Três Figueiras, a Família Silva está atualizando o conceito de "ser quilombola".

A idéia de comunidades remanescentes de quilombos no meio urbano contrapõe-se ao estereótipo esperado pelo senso comum. A imagem do quilombo como lugar isolado, distante e, necessariamente situado no rural, é ainda bastante forte, apesar de já ter sido demonstrado o contrário por vários estudos(1) e pela mobilização destas comunidades por mais visibilidade, feita através de organização própria, de manifestações étnicas e não de estereótipos. Comunidades urbanas geram desconforto porque desconstróem uma visão que percebe os quilombos apenas através do

exotismo.

O senso comum também costuma opor rural ao urbano como realidades radicalmente diferentes e diametralmente opostas. As ciências sociais, há bastante tempo, vêm tratando a questão de uma forma distinta. Os meios rural e urbano não são concebidos como unidades estaticamente separadas. São percebidas nuances e situações intermédias daquilo que se denomina continuum (com descontinuidades) rural-urbano(2). Dessa maneira, é possível colocar em perspectiva e relativizar a "urbanidade" dos quilombos urbanos.

A comunidade Família Silva apresenta algumas características geralmente associadas ao rural. O território está ocupado pela comunidade desde que a região era rural, muito antes da urbe crescer sobre o local. É cada vez mais "apertada" pelos condomínios de luxo e vive a ameaça de sofrer um despejo a qualquer momento. A área onde o pai dos atuais moradores plantava foi cercada por tapumes. O mato, importante referencial de territorialidade e fonte de ervas e plantas medicinais para elaboração da tradicional "garrafada", foi derrubado. No terreno dos Silva, há uma horta e diversas árvores com as quais mantêm vínculos afetivos por terem sido plantadas por seus pais e avós. Até recentemente, criavam porcos e galinhas, hábito que abandonaram em virtude da fiscalização. A legislação não permitiu a continuidade dessa prática.

Pretendemos demonstrar que é necessário pensar sempre sobre qual rural e qual urbano estamos falando, ao empregarmos essas categorias. As realidades às quais elas se referem não apresentam exclusivamente características "urbanas" e "rurais" estanques. Por vezes, percebemos uma certa tendência a tratar de uma forma distinta as comunidades urbanas, como se nelas houvesse algo de substancialmente diferente. O fato de estar situada no interior de uma metrópole traz dois aspectos: 1) uma maior participação do governo local nos processos de regularização de áreas de quilombos, estabelecendo proteções urbanísticas desses territórios por meio do plano diretor; 2) as pressões avassaladoras da especulação imobiliária colocam as comunidades muitas vezes em situação de grande risco, especialmente quando vivem em áreas de grande valor econômico, como é o caso da Família Silva; 3) o Poder Judiciário dos Estados poderia estar mais sensível às questões referentes aos Direitos Culturais e Étnicos. De resto, isso também não é novidade para as comunidades rurais, aliás é apenas o começo.

Rodrigo de Azevedo Weimer é co-autor do livro "Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, Identidade e Territorialidade" e "Família Silva: Resistência Negra no Bairro Três Figueiras". Mestrando em História na UNISINOS/RS.

Cíntia Beatriz Müller é co-autora do livro: "Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, Identidade e Territorialidade". Doutoranda em Antropologia Social da UFRGS.

(1) O' DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: ABA/Fundação Getúlio Vargas, 2002.

(2) SOLARI, Aldo. *Sociologia Rural Latinoamericana*. Buenos Aires: Paidós, 1973; MARTINS, José de Souza. *Sobre o modo capitalista de pensar*. SP. Ed. Hucitec, 1986.

Porto Alegre

Família Silva: agonia no primeiro quilombo urbano do Brasil

A Família Silva enfrenta uma verdadeira batalha para tentar garantir a permanência no terreno de cerca de 4 mil metros quadrados em que vive, no bairro Três Figueiras, atualmente uma das regiões mais visadas para investimentos imobiliários em Porto Alegre.

A comunidade formada por cerca de 60 pessoas está vencendo todas as etapas para reconhecimento do direito a permanecer no local, mas continua ameaçada de despejo por uma ação movida por supostos proprietários da área. Em 2 de junho, a desocupação quase foi levada a termo e o assunto ganhou repercussão na opinião pública gaúcha.

Os Silva já receberam a Certidão de Auto-Reconhecimento, expedida pela Fundação Cultural Palmares em 30 de abril de 2004. Em 14 de setembro do mesmo ano, foi entregue à Prefeitura Municipal de Porto Alegre e à Fundação Cultural Palmares o Laudo Histórico e Antropológico, elaborado pela antropóloga Ana Paula Comin de Carvalho e pelo historiador Rodrigo de Azevedo Weimer. Em 22 de outubro, foi instaurado o Processo Administrativo nº 54220.002094/2004-28, no âmbito do INCRA/RS, para demarcação e titulação das terras da comunidade.



Condomínios vizinhos, em vista feita do interior do terreno da família Silva

Entretanto, na 13ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre, tramita a Ação de Reintegração de Posse nº 01198180786, na qual foi expedido mandado de imissão de posse contra a Família Silva, em fevereiro de 2005.

Em 03 de maio de 2005, atendendo a solicitação do Ministério Público Federal, a Procuradoria do INCRA/RS entrou com uma petição manifestando seu interesse e requerendo o deslocamento da competência para a esfera federal, em consequência do disposto no Decreto 4887/03. O pedido não foi avaliado pelo juiz responsável que determinou o cumprimento da ordem judicial anterior, com envio de Oficial de Justiça e Brigada Militar para notificar a desocupação da área, no último dia 2.

Segundo o superintendente substituto do INCRA/RS, Paráclito Braseiro de Deus, o órgão tomou uma série de medidas como mandado de segurança e pedido de embargo de declaração para se contrapor e pedir esclarecimentos sobre os motivos que levaram o pedido de transferência de competência a não ser julgado.

Braseiro lembrou ainda que além do INCRA, o advogado da família Silva, o Ministério Público Federal e Estadual também questionam a competência da justiça estadual no caso. O despejo foi suspenso pelo juiz substituto da 13ª Vara Cível de Porto Alegre até que os pedidos de deslocamento para a esfera federal sejam apreciados.

Comunidade

Resistência Negra em comunidade gaúcha



Rita de Cássia Silva e seu filho, Gustavo

Para Rita de Cássia da Silva, os principais problemas enfrentados pelos integrantes da Família Silva são “o esgoto que corre a céu aberto” e falta de saneamento básico no terreno. A rede de luz elétrica é precária e não está acessível a todas famílias que ainda precisam conviver com o lixo depositado diariamente na rua que dá acesso ao seu terreno pelos restaurantes existentes na região.

A situação das 60 pessoas contrasta com as mansões que cercam a área, localizada em um dos bairros mais valorizados da capital gaúcha.

Segundo Rita, os Silva “querem a escritura de suas terras”, não apenas para assegurar o direito de propriedade do local onde vivem há décadas, mas

também para ter acesso a serviços como telefonia fixa e correios. Ter um endereço é importante, pois viabiliza um “crediário”, Rita exemplifica.

Ela também chama atenção para o fato de estarem perdendo “pedaços” do terreno para empreendimentos imobiliários que se expandem na região. A última perda ocorreu em 2002, quando um muro “empurrou” uma das casas da família para dentro do terreno tomando alguns metros de área. Rita lembra que com a visibilidade obtida pelos Silva na mídia, as “ameaças de particulares” pareciam ter diminuído, mas continuavam as constantes propostas de compra da área.

Rita destaca que, embora tenham recebido a Certidão de Auto-Reconhecimento de Remanescente de Comunidade de Quilombo “pessoalmente do presidente da Fundação Cultural Palmares”, pouca coisa mudou no dia-a-dia da família. Um dos poucos investimentos do governo federal foi um conjunto de 13



Integrantes da Família Silva, em sua moradia máquinas industriais de costura que foram distribuídas pelas casas e ocupam o local de reuniões da comunidade. O equipamento foi enviado, em 2004, sem que houvesse local para colocá-lo e não é compatível com a voltagem da rede elétrica do local. Além disso, ninguém sabe operar as máquinas industriais. Rita argumenta que pediram a inclusão em um projeto de artesanato e acabaram recebendo as máquinas. “Pensamos que iríamos trabalhar com crochê, pintura, comida e coisas do dia-a-dia”, explica Rita ao lembrar que agora precisariam de algum curso para aprender a costurar e tirar algum proveito de todo aquele material parado.

Alcântara

Comunidades discutem propostas para Alcântara

A primeira proposta de regularização fundiária do território de quilombos e de expansão do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) foi apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ao Movimento dos Atingidos pela Base (MABE) e ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTRA), em maio.

Foram destacadas as vantagens dos acordos tecnológicos internacionais firmados pelo Brasil e a necessidade do país entrar no circuito mundial de lançamentos para viabilizar o Programa Espacial Brasileiro. Entre os nove centros de lançamentos existentes no mundo, o Brasil seria o mais rentável economicamente.

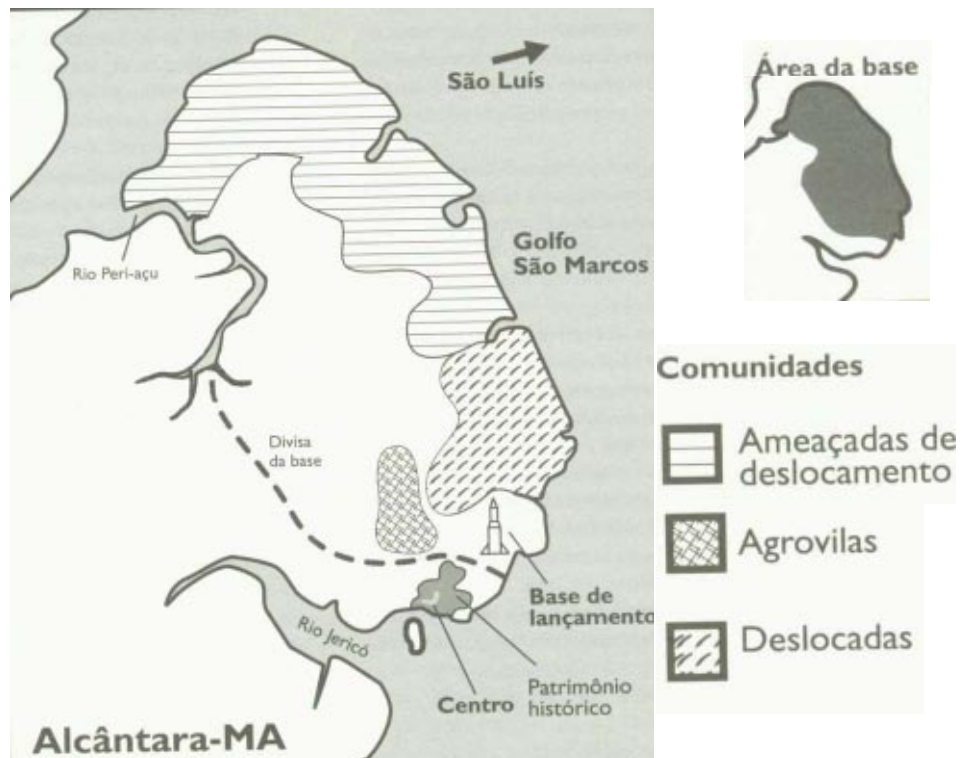
A proposta pressupõe que é possível a convivência pacífica e harmônica entre os projetos de expansão do CLA e de titulação dos territórios de quilombos.

Em 14 de abril, a Casa Civil da presidência da República criou o Subgrupo Executivo de Regularização Fundiária e Ambiental e de Moradia. O subgrupo funcionará no âmbito do Grupo Executivo Interministerial (GEI) e terá 60 dias para apresentar um plano de ação e cronograma de trabalho.

Segundo Mozart Dietrich (MDA), foram realizadas diversas reuniões do Subgrupo, em Brasília, para compatibilizar os projetos privilegiando o diálogo com a Agência Espacial Brasileira e Ministério da Aeronáutica.

De acordo com o MDA, a projeto de expansão da Base consistiria na delimitação de áreas ou núcleos que teriam função de suporte tecnológico e estrutura de apoio para os países que venham a firmar convênios para utilização da base. Estes núcleos não incidiriam sobre áreas ocupadas pelas comunidades de quilombos, mangues, igarapés e praias ficariam de livre acesso à população de Alcântara.

A proposta será apresentada de forma detalhada às comunidades de quilombos de Alcântara e suas entidades representativas, Ministério Público Federal, Prefeitura e Câmara



Fonte: Relat. da Missão da Relat. Nac. do Dir. à Moradia Adequada e à Terra Urb. (2003)

Municipal de Alcântara e organizações parceiras, no início de julho.

Mozart Dietrich, coordenador do Subgrupo, explicou ainda que o processo para titular o território étnico de Alcântara, medida que beneficiaria as comunidades quilombolas e negras rurais, está vinculado à discussão e aprovação do projeto de expansão do CLA.

O governo estima que até o final de 2005 poderá expedir a declaração de propriedade das comunidades quilombolas com base no laudo antropológico elaborado pelo prof. Alfredo Wagner, excluindo áreas que ficariam reservadas para a expansão do CLA, cuja titularidade ficaria para a União.

O MDA ressalta ser imprescindível a aprovação do projeto do governo pelas comunidades de quilombos para que seja implantado. Após a declaração de propriedade emitida pelo INCRA, abre-se prazo para contestação e desapropriação de áreas que estiverem tituladas em nome de terceiros.

A proposta apresentada pelo governo será discutida durante o mês de Junho pelas comunidades e entidades

representativas de Alcântara. Já foi reconstituído o Fórum de Entidades do Maranhão com a participação do MABE, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, CONAQ, ACONERUQ, STTR e entidades que participam da discussão do projeto apresentado pelo GEI.

As entidades não aceitam novos deslocamentos de comunidades de quilombos para implantar o projeto de expansão do CLA.

O GEI apresentou por escrito às comunidades, governo e entidades de Alcântara, o termo de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre os órgãos integrantes do GEI, entidades representativas de comunidades de quilombos, Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de Alcântara para promover ações que auxiliem o desenvolvimento sustentável da região.

Essas ações foram discutidas em seminário, realizado em março em Alcântara, e abrangem regularização fundiária, ambiental e de moradia, infra-estrutura, políticas sociais, geração de emprego e renda e fortalecimento institucional.

Publicação mapeia comunidades negras rurais gaúchas

O livro “Comunidades negras rurais do RS: um levantamento socioantropológico preliminar”, da antropóloga Rosane Rupert oferece a descrição e a localização geográfica de 42 comunidades negras rurais no Rio Grande do Sul. O trabalho também sistematizou os dados de outras 16 comunidades a partir de informações recolhidas pela equipe da Emater.

Para a elaboração do estudo foram visitadas 47 comunidades rurais em todo o Estado durante cinco meses. Em duas dessas comunidades foi apontada a necessidade de estudos mais detalhados enquanto em outras três, a identidade étnica remeteu a grupos indígenas, “castelhanos” e alemães. Outras 25 comunidades rurais foram pré-identificadas ou indicadas para futuras pesquisas de órgãos estaduais e do movimento negro.

“Identificou-se, no decorrer destes cinco meses, 42 comunidades com potencialidade para se auto-reconhecerem como quilombolas”, destaca a introdução do livro. O estudo constou que a “herança” está na origem das terras de 60,3 por cento das comunidades, enquanto o tempo de ocupação ficou concentrado na faixa de 90

a 120 anos, em 32,8 por cento das comunidades estudadas, seguida de 120 a 150 anos (15,5 por cento). O número médio de famílias por comunidade foi 25, havendo situações de comunidades com mais de 100 famílias e outras com apenas cinco.

O estudo oferece um mapa de localização das comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos no Rio Grande do Sul distribuídas em três categorias: ‘remanescentes de quilombos’ apontadas através de laudos antropológicos no caso de seis comunidades; 42 comunidades visitadas durante a consultoria e caracterizadas como ‘potencialmente remanescentes de quilombos’; 27 comunidades indicadas por formulários ou outras fontes, que não foram visitadas ou que requerem estudos mais detalhados.

O levantamento e a publicação foram financiados pelo programa RS Rural, coordenado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, fornecerá subsídios para políticas públicas destinadas a comunidades afro-descendentes rurais e remanescentes de quilombos. O trabalho foi lançado em 10 de maio, em Porto Alegre.

Observatório de Políticas e Direitos

Quilombolas garantem direito a terras ancestrais

A comunidade de Caçandoca, localizada em uma área de alto valor imobiliário de Ubatuba, litoral norte de São Paulo, obteve na justiça o reconhecimento do direito de permanecer nas terras ancestrais do quilombo.

Em abril de 2005, o juiz Antônio Mansur Filho ordenou a reintegração de posse de 210 hectares ocupados pela comunidade, beneficiando a Urbanizadora Continental.

O Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) havia reconhecido a comunidade como território quilombola no ano 2000 e ofereceu Ação Cautelar Inominada para suspender a reintegração de posse da área. A cautelar foi apreciada pela 4a. Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo e deferida em 2 de junho, em favor da comunidade garantindo a integridade do território quilombola. No mesmo dia, o INCRA expediu título de reconhecimento de domínio, como previsto no Decreto 4887/03.

A comunidade de Caçandoca é formada por cerca de 42 famílias, cerca de 260 pessoas que reivindicam a titulação de 890 hectares cercada por condomínios de luxo e casas de veraneio. Os quilombolas de Caçandoca vivem do cultivo da banana e da renda obtida com a criação de mexilhões.

Equipe

Letícia Osório, Sebastian Tedeschi, Emily Walsh, Cíntia Beatriz Muller e Sinara Sandri (8073 DRT/RS)

Para receber

Quilombol@ ou enviar comentários, escreva para **quilombo@cohre.org**

Para informações sobre a Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios de Quilombos ou sobre os programas do Cohre para as Américas, contate **cohreamericas@cohre.org**



Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos

Demétrio Ribeiro 990/ 305
Porto Alegre (RS)
Cep - 90.010-313
Tel (x) - (51) 3212.1904

Apoio



FORD FOUNDATION

